

TRANSMISSÃO GERACIONAL E PRÁTICAS JUVENIS: A DROGA DO TOXICÔMANO NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS JUVENIS CONTEMPORÂNEAS

Maria Giovanna Machado Xavier¹

Resumo

O ensaio discute o conceito de juventude a partir de sua própria desconstrução. A proposta do texto é que na realidade não existe uma única juventude, mas sim várias juventudes, guardadas as diferenças de gênero, de classe social, de raça e outras. O conceito de contemporâneo, vinculado ao conceito de sociedade da informação, aplicado às pesquisas mais recentes sobre as juventudes, se põe como pano de fundo para a discussão atualíssima, sobre as drogas, trazendo uma reflexão, sobre as características assumidas pela droga na contemporaneidade. Contemplando uma crítica da Ciência moderna, a Psicanálise é apresentada como a via de questionamento que pode ser capaz de reconduzir a questão das drogas para a juventude contemporânea, para além da segregação e exclusão do toxicômano. Levando em consideração o processo de transmissão geracional, a proposta não culpa os adultos, mas responsabiliza a estrutura de poder criada pela hierarquia da sociedade patriarcal, numa chamada à revisão, frente ao percurso do contemporâneo.

Palavras-chave: contemporaneidade, juventude, drogas.

GENERATIONAL TRANSMISSION AND JUVENILE PRACTICES: THE DRUG OF TOXICOMANIC IN THE CONTEPORARY JUVENILE PRACTICES CONTEXT

Abstract

This assay discusses the concept of youth from its deconstruction. The proposal of the text is that there is not only one youth, but several youths, saved the differences in gender, social class, race, among others. The concept of contemporary, linked to the concept of society of the information, applied to most recent research on youths, works as a template for an actual discussion, about drugs, bringing a reflection, about characteristics assumed by the drug in the contemporariness. Contemplating a critic of the modern science, the psychoanalysis is presented as via of questioning that can be able to lead

¹ Pedagogia, M.Sc. Coordenadora e Professora do Curso de Pedagogia do Uni-ANHANGUERA.

back the question of the drugs to contemporary youth beyond segregation and exclusion of the drug addict. Taking in consideration the process of generational transmission, the proposal does not blame the adults, but it attributes responsibility to hierarch structure of a patriarch society, in a call for a review front to the contemporary course.

Key words: contemporariness, youth, drugs, psychoanalysis.

Introdução

A contemporaneidade tem se apresentado a nós, educadores e a toda a sociedade como um tempo diferente de tudo o que historicamente já se concebeu e se vivenciou. As transformações dos últimos 40 anos e principalmente dos últimos 20 anos, que correspondem à chamada “revolução tecnológica”, vêm nos deixando efetivamente incapazes de planejar ações sociais e educativas que acompanhem o movimento de transformação social. Elas ocorrem à revelia de qualquer poder, plano ou políticas, tendo em vista que não temos o controle sobre elas. A necessidade de controle e segurança que alavancou o desenvolvimento científico e tecnológico não foi satisfeita. Pelo contrário, o que percebemos e que todo o desenvolvimento que alcançamos nos colocam na berlinda, no que se refere à transmissão geracional.

Na década de 80 tivemos no Brasil, uma juventude que resultou das transformações ocorridas na década de 60 e 70. Décadas em que vivenciamos liberdade seguida de repressão e conquista da reabertura política: juventude engajada politicamente, que acreditava no poder do sujeito na construção da própria história. Guerreiros democráticos em um tempo em que se buscava um sentido para a história da sociedade brasileira. Na atualidade, presenciamos o desenvolvimento de uma geração que tem dificuldades em se engajar politicamente, que não tem envolvimento com os valores postulados pela tradição e que caminha aparentemente rumo ao sem sentido; a desarticulação parece ser a característica desta geração que tem dificuldades na produção do laço social.

Mais do que nunca se faz necessário, aos pesquisadores sociais, despirem-se de seus conceitos e pré-conceitos e investigar a contemporaneidade com o olhar aberto para que se possa perceber as saídas desta geração frente ao sem sentido imposto pelas informações midiáticas, que mostram a falta de complementaridade e de continuidade entre as vivências familiares, escolares, profissionais e sociais. A crença que deve prevalecer é a de que cada geração produz suas saídas para as crises do seu tempo. E que as gerações adultas, que construíram a realidade presente, devem conhecer e reconhecer-se na juventude que forjaram. Neste sentido, buscamos aqui, agregar alguns conhecimentos elaborados sobre a contemporaneidade, para produzir uma reflexão acerca dos processos de transmissão geracional e focar o nosso olhar sobre a prática das drogas, que tem assumido proporções e significados muito distintos daquilo que historicamente já se vivenciou.

Falar de juventude hoje, nos faz pensar na juventude de 20 anos atrás. As grandes narrativas históricas que engendraram as teorias, perfaziam os circuitos juvenis nas Universidades brasileiras. Historiadores, sociólogos, antropólogos e psicólogos estavam no foco da transmissão cultural entre as gerações, prevendo grandes transformações, pela via da ruptura e da guerrilha. O socialismo era desejado por alguns e o neoliberalismo defendido por outros, que não acreditavam no poder do Estado em regular adequadamente as experiências sociais das gerações. Com a queda do Muro de Berlim, no final da década de 80, as grandes narrativas históricas perdem sua força e jovens e adultos ficam sem chão, buscando compreender como aquela nova realidade, pós – industrial havia se construído e se tornado hegemônica no mundo. A pergunta crucial sobre o futuro se torna matéria de muitos estudos: as transformações sociais esperadas, a partir de tantos movimentos sociais após a década de 60 se mostraram diferentes da expectativa dos jovens adultos daquele tempo, ainda recente.

Shaff (1990) escreveu sua obra, “A sociedade informática”, neste contexto, insistindo na visão do homem como sujeito da história, uma vez que nossas ações de hoje influenciam o futuro e que nossas ações são determinadas por nossas concepções sobre a realidade sócio - cultural e também sobre como ela

pode e deve ser. Portanto, precisamos planejar os processos de mudança num contexto de crise e esse planejamento é papel da pesquisa empírica alternativa de novos sistemas de valores básicos. A pretensão do livro era a de responder à pergunta mais difícil do momento: que futuro nos aguarda? A análise de Adam Schaff (1990) incide sobre o impacto da revolução tecnológica, principalmente nos setores de microeletrônica, da microbiologia, engenharia genética e técnico industrial, sobre a sociedade.

Schaff (1990) analisa as mudanças na formação econômica da sociedade, afirmando que a segunda revolução industrial (revolução tecnológica ou pós-industrial, como é hoje conhecida) geraria desemprego estrutural, devido à automação e robotização da produção, eliminando o trabalho manual. A previsão de que os jovens seriam privados de oportunidades de trabalho, pela nova tendência tecnológica teve ainda como resposta do autor, uma solução que estaria centrada em novos princípios de distribuição de renda nacional, o que implica em infringir ou modificar o direito de propriedade. O problema do desemprego estrutural, para ele, tinha um caráter universal, afetando tanto países capitalistas quanto socialistas. Os custos da nova distribuição de renda deveriam ser cobertos por empresários, mas haveria radicalização das massas trabalhadoras, via sindicatos e as soluções para o impasse devem ser econômicas. O Estado deveria assumir preocupação com o crescente exército de desempregados. Cita a *Triple Revolution*, documento norte-americano de 1964, que instava o governo a proporcionar rendimento adequado a famílias de desempregados pela revolução cibernética. Lembra o exemplo da Suécia, onde o capitalismo foge ao sentido clássico, já que, cobrando altos impostos de quem tem muito, o Estado garante o bem-estar aos que têm pouco, fazendo a mais valia tornar-se propriedade social. Sugere o termo economia coletivista para definir o sistema econômico ideal do futuro, que corresponderia à infração do sagrado direito de propriedade em nome dos interesses coletivos gerais, mistura de economia capitalista privada e economia social. Ao estado caberia o papel de planificação econômica para manter o exército de desempregados; para isso, teria de influenciar, a forma de produção e de distribuição destes bens

para evitar problemas financeiros e desequilíbrio de mercado; mas deixando sempre um amplo campo para a concorrência e a iniciativa privada.

Schaff (1990) explora a questão do indivíduo humano inserido na sociedade informática, de sua procura pelo sentido da vida, na busca de um estilo de vida e de um sistema de valores. Retoma o percurso desenvolvido em sua obra e lança a questão que norteia o seu pensamento: que futuro nos aguarda? Formula prováveis implicações, ultrapassando as considerações sobre emprego e ocupação, abordando campos da educação e da cultura, realiza reflexões sobre o estilo de vida e o cultivo de um sentido da vida; especulando sobre a influência dos novos desenvolvimentos sobre o pensamento religioso e a atração que a religião exerce sobre o indivíduo e discutindo as estruturas políticas do futuro. Pouco mais de uma década depois da publicação desta obra, os estudiosos da juventude, que falam dos diversos campos da ciência, vêm voltando aos clássicos, principalmente da Sociologia e da Antropologia, buscando evidenciar as realidades que se apresentam na modernidade pós-industrial, para que a sua análise possibilite justamente ajustar as políticas públicas a esta nova realidade, que parece caminhar rapidamente, tornando mais complexo o processo de reconhecimento de necessidades, planejamento e implantação de políticas sociais.

O pensador esqueceu-se do princípio de que se constitui a mais valia: a exploração do homem pelo homem. Esqueceu-se também que o sistema capitalista jamais conseguiria manter-se, sem o princípio sobre o qual se firma: o direito à propriedade. O desejo do socialismo, acalentado pelos marxistas deixaram suas marcas românticas na formação dos jovens e dos adultos universitários da década em que os intelectuais do socialismo perderam o chão. O desejo de superação do sistema capitalista tentou que o ideário socialista se mantivesse na produção intelectual, no bojo de uma história que não se atreve mais a planejar o futuro, sem que o presente seja conhecido, reconhecido, à luz das tradições e dos modos de produção e reprodução cultural, que certamente passa pelo problema das gerações. Este, apenas pode ser abordado a partir da realidade presente na juventude constituída nestes anos de neoliberalismo,

vividos na sociedade informática. Os pesquisadores contemporâneos vêm tentando compreender as questões que se põem, neste contexto e este trabalho pretende introduzir a questão da droga do toxicômano, na perspectiva trazida pelos estudiosos da juventude.

Apresenta-se aqui, elementos para uma aproximação teórica em torno do conceito de juventude, além da relação que se estabelece entre a droga e a psicanálise. Os vários olhares sobre a juventude contemporânea, contidos nas produções intelectuais, tendo como foco, num primeiro momento, a teoria de Mannheim (1975,1995), sobre o problema sociológico das gerações e sobre a função das gerações novas e de Debert (1999), sobre as classificações etárias e a juventude como estilo de vida; num segundo momento, as ideias de Margulis e Uresti (1998, 2000), a respeito da juventude como símbolo e às relações entre juventude, tempo e movimentos sociais e Dubet (1996), sobre a decadência dos ritos de passagens na modernidade contemporânea e as características destas passagens no novo contexto. Num terceiro momento, abordará os estudos sobre as trajetórias de vida de jovens contemporâneos, sob o olhar de Pais (2001), nos estudos sobre as transições e as culturas juvenis, da maneira como vem se desenvolvendo na contemporaneidade em Portugal e de Camarano et al. (2004), sobre as trajetórias de jovens brasileiros, no processo de transição da juventude para a idade adulta. Muito atrelada ao questionamento das ciências, a questão da droga, é apresentada por Santiago (2001), numa visão psicanalítica que se põe coerentemente em relação às pesquisas apresentadas e nos remete a um conhecimento sobre as características próprias desta geração no que tange ao uso metódico da droga, que caracteriza a toxicomania.

O problema das Gerações

Para Mannheim (1995), a tarefa de esboçar o problema das gerações cabe à sociologia formal, que deve abordar os fatos mais simples e os mais fundamentais relacionados com o problema das gerações, afirmando que as fronteiras

do problema são as investigações estáticas e dinâmicas. Afirma que o estudo do problema das gerações deve esclarecer as inter-relações dos indivíduos que constituem uma única unidade de geração. A geração é conceituada como não sendo um vínculo social que leva à formação de um grupo concreto, embora algumas vezes possa acontecer um sentimento pela unidade de uma geração ser conscientemente desenvolvido como base para formação de grupos concretos, como no caso do movimento da moderna juventude alemã.

A geração não é um grupo concreto no sentido de uma comunidade, isto é, um grupo que não pode existir sem os seus membros terem um conhecimento concreto uns dos outros e que cessa de existir como uma unidade mental e espiritual assim que é abolida a proximidade física. Embora os membros de uma geração estejam indubitavelmente vinculados de certos modos, esses vínculos não resultam em um grupo concreto. Como então, podemos definir e compreender a natureza da geração enquanto um fenômeno social? A resposta passa pela reflexão sobre o caráter de um tipo diferente de categoria social, materialmente bastante distinta da geração, mas representando certa semelhança estrutural – a posição de classe de um indivíduo em sociedade. A geração está baseada na existência de um ritmo biológico na vida humana. Mas não podemos supor que o fenômeno sociológico possa ser explicado por fatores biológicos básicos, sob o risco de perder de vista o fenômeno social. Mas o fenômeno sociológico das gerações está baseado, em última análise, no ritmo biológico de nascimento e morte, sem ser redutível a ele.

O mais importante na análise de Mannheim (1975), é a conclusão de que na nossa sociedade, a criação e a acumulação culturais nunca são realizadas pelos mesmos indivíduos – em vez disso, temos o surgimento contínuo de novos grupos etários. Os adultos que pensam e planejam a história não são aqueles que a vivenciam num futuro presente. Neste sentido, as pesquisas atuais, que objetivam o estudo do sujeito precisam partir da forma do sujeito em receber o conteúdo dessa cultura.

Mannheim (1975) afirma que a juventude faz parte daqueles recursos latentes que cada sociedade tem e depende da sua mobilização para a própria

vitalidade. Cita os tempos de guerra, em que a sobrevivência depende da mobilização de todas as gerações, classes e categorias sociais, assim como há também uma utilização da reserva psicológica que existe na mente humana ou na nação, representada pela capacidade de sacrifício, resistência e iniciativa. Explica que sociedades estáticas, que se desenvolvem gradualmente, e nas quais o grau de mudança é relativamente pequeno, confiarão principalmente na experiência dos velhos. Diz que estas sociedades não estimulam forças latentes dos jovens. A educação é centrada na manutenção da tradição, com métodos de ensino rotineiros. As reservas psicológicas e espirituais da juventude serão negligenciadas, quando não houver “desejo colidente contra as tendências até então vigentes na sociedade” (MANNHEIM, 1975. p. 92).

Dentre as sociedades dinâmicas há diferenças de grau, no que tange ao desejo de tomar uma nova orientação que mobiliza as forças latentes dos jovens: as que promovem a mudança por revolução ou por reforma. Em ambos os casos, o desejo só pode ser realizado pelos jovens, porque os mais velhos podem ser capazes de prever a natureza das mudanças futuras e sua imaginação criadora pode formular políticas, mas a nova vida será vivida pelas gerações mais jovens. Estas viverão os novos valores que os velhos professam somente em teoria.

Para Mannheim (1975) a função juvenil é revitalizadora. A reserva só se revela mediante o desejo, para ajustamento a circunstâncias rapidamente mutáveis ou completamente novas. A função da educação seria a de integrar e coordenar as ações e movimentos desconexos dos sujeitos para uma utilização funcional. Pensando nas influências da cultura e das intervenções ideológicas na educação, esta precisa rever seus conceitos, em função da objetividade teórica em que os ensinadores da educação de massa se envolveram. A noção de certeza científica, difundida nas academias e nos conteúdos escolares da infância e da juventude, propicia uma generalização dessas verdades, por parte dos sujeitos, seja pela via da religião, seja pela criação de formas cada vez mais sofisticadas e detalhistas e controle dos sujeitos, sem se importarem em perceber de que forma eles, os sujeitos estão recebendo a cultura de massa.

A concepção de Mannheim (1975) sobre a educação na adolescência é a de

que, uma vez mobilizados e integrados, o espírito de aventura dos adolescentes, que ainda não estão completamente envolvidos no status quo da ordem social, auxiliarão a sociedade a tomar uma nova orientação, quando houver o desejo de mudança. Para o autor o jovem é especial como trunfo para a transformação social, porque eles ou elas estão sempre prontos a questionar a ordem, movidos pelo o desejo de mudança. Assim, as sociedades tradicionais estáticas ou lentamente mutáveis operam sem a mobilização e a integração destes recursos. Tal teoria fundamenta as pesquisas que buscam compreender quais as forças estão sendo mobilizadas pela sociedade pós-industrial de filosofia neoliberal, no movimento da juventude, na vivência desta fase da vida.

Juventude Contemporânea

Debert (1999) desenvolve um estudo antropológico que discute a questão geracional, com enfoque na vida adulta e na velhice, problematizando a questão etária como limites para a passagem de uma fase da vida para outra. Faz a desconstrução dos significados da vida adulta e da velhice no contexto da modernidade e no contexto contemporâneo. Afirma que a Antropologia se interessa pelas formas pelas quais a vida é perioditizada, as categorias de idade presentes nas sociedades e o caráter dos grupos etários nela constituídos. O estudo destas dimensões é parte das etnografias preocupadas em dar conta dos tipos de organização social, das formas de controle de recursos políticos e da especificidade das representações culturais.

A autora pergunta em seu texto, se teria sentido falar em uma “cultura adulta”, uma vez que as idades, assim como o gênero são relacionais e performativas. O argumento central do trabalho de Debert (1999) é que assistimos a um duplo processo que ativamente dissolve a ideia de vida adulta. A juventude perde a conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido a qualquer idade, através do consumo de bens e serviços apropriados. Por outro lado, a velhice perde a conexão com uma faixa etária específica e passa a ser um modo de expressar uma atitude de negli-

gência com o corpo, de falta de motivação para a vida, uma espécie de doença auto-inflingida, como é visto hoje, por exemplo, o fumo, as bebidas alcoólicas e as drogas. O grupo que compreende os setores mais velhos da população é desdobrado em segmentos: meia idade, aposentadoria ativa e terceira idade. A representação da velhice como um momento de retraimento e sobriedade cai por terra, ao aproximarmos da realidade. Estes segmentos da vida adulta têm sido transfigurados em momentos propícios para a satisfação pessoal, para a realização de sonhos que foram abandonados em outras etapas da vida para a exploração de novas formas de auto-expressão e identidades.

Cita os temas do *nexting syndrome* para caracterizar os adultos que não querem abandonar a casa dos pais, dos Kidauts ou da adolescentização das etapas mais avançadas da vida, como indicações de uma nova configuração social, na qual a diferença de idades parece ter perdido o significado. É próprio da sociedade de consumo, fazer do direito de escolha um dever de todos. Os indivíduos que se mostram incapazes de aumentar sua auto-estima e fazer da vida uma experiência gratificante são vistos como uma espécie de consumidores falhos que não souberam adotar bens e serviços adequados.

Debert (1999) caracteriza as gerações e as transferências geracionais, partindo das características do Pré-moderno, marcado pela menor relevância da idade cronológica em relação ao status da família, na determinação do grau de maturidade e do controle dos recursos de poder; do Moderno, marcado pela cronologização da vida e o Pós-moderno marcado pela desconstrução do curso da vida em nome de um estilo unietário.

Segundo a autora, as novas categorias criadas para desestabilizar o sentido das etapas da vida apontam a descronologização. Papéis sequenciados extremamente divididos por idade não dão conta da realidade de uma sociedade que atinge o nível de desenvolvimento tecnológico contemporâneo. A afirmação da irracionalidade da razão, a crítica às pretensões universalistas e a valorização do pluralismo e do conhecimento local, próprios da pós-modernidade, explicam a quebra da autoridade dos adultos, mas as idades continuam sendo um mecanismo poderoso e eficiente na criação de mercados de consumo na

definição de direitos e deveres e na constituição de atores políticos, sobretudo porque têm independência e neutralidade física e mental. Tratar das idades cronológicas é reconhecer que elas ainda são um elemento fundamental na tarefa dos Estado moderno, tão bem caracterizada por Foucault, de regulação do corpo social com a produção de categorias de classificação e hierarquização das populações. Um exemplo disso é o direito, que regula os privilégios, traduzidos em direitos, pelas faixas etárias, controlando os sujeitos conforme as convenções, sem que estas levem em consideração o funcionamento daquelas forças latentes, preconizadas por Mannheim (1975), que podem ser acionadas pelo próprio consumo dos símbolos disponíveis na sociedade através da mídia e pelo acúmulo de informações que circulam na sociedade, indiscriminadamente, atingindo todas as idades, gêneros e classes sociais.

Margulis e Uresti (1998), em um texto intitulado “La juventud es más que una palabra”, parece contrapor-se a um sentido literal da frase dita por Boudieu, na tentativa de nortear a crítica sobre a utilização do conceito de juventude, como sendo um fenômeno universal com características estáticas e únicas, sem que as posições sociais dos sujeitos sejam levadas em consideração. Entendendo aqui, que a discussão de Margulis e Uresti (1998) não entra em choque e nem tampouco se contrapõe à teoria de Bourdieu sobre as transferências geracionais e os conflitos de gerações. Para o autor, a idade e o sexo ordenam as atividades sociais. São base de classificação social e estruturação de sentido. Mas os limites das fases da vida não são nítidos, devido à debilidade dos ritos de passagem, relacionados com lugares prescritos nas instituições tradicionais e sobretudo nos planos econômico, social e cultural. Sendo assim, as normas que estabelecem os direitos (privilégios) dos adultos em detrimento dos jovens, assim como as concessões feitas aos jovens, pelo direito, são questionadas, de forma geral, por todas as faixas etárias.

O autor discorre sobre o conceito de moratória, no sentido de algo que os jovens precisam, um espaço de possibilidades abertas, limitado a um tempo histórico, para superar a juventude como mera idade, incorporando as diferenciações sociais e a cultura, postergando as responsabilidades da vida adulta.

Diz que a juventude além de um estado, uma condição social e uma etapa da vida, significa um produto. Margulis e Uresti (1998) toma a juventude como um fenômeno social que deve levar em conta os aspectos fáticos, históricos, materiais e políticos que todas as sociedades desenvolvem; que os estudos criticam o uso automático da categoria juventude como categorias etárias, sem levar em conta as desigualdades. A moratória tem tempos diferentes, conforme a classe social. Assim resgatar a importância de recuperar a materialidade e historicidade nos usos sociológicos da categoria juventude. Nesta perspectiva, a moratória social pode ser pensada como uma possibilidade aos membros de alguns grupos etários, as classes média e alta, uma vez que para as classes populares não existe essa possibilidade. As relações de gênero também constituem uma variável, junto com outras, como a família e a interação com as diferentes gerações.

Dubet (1996), também partindo de uma leitura literal de Bourdieu, coloca a questão seguinte: a juventude é um grupo heterogêneo ou é só um mote, uma classe que surgiu na modernidade cultural da cultura de massa. Diz que a juventude não é um signo, um mero significante, porque existe em todas as classes sociais. Não é uma classe, porque as pesquisas revelam a diversidade, em função das múltiplas classes sociais. A juventude não é homogênea, é construída com variados elementos culturais que não podem ser revelados no pensamento dos produtores de cultura, mas nos receptores.

O autor relaciona a cultura juvenil contemporânea com o declínio dos ritos de interdição que marcaram as sociedades tradicionais. Discute a questão, dizendo que os ritos de passagem não são suficientes para definir os limites da juventude. Diz que a massificação cultural na modernidade e a problemática da divisão social de classe manifestam-se na tensão entre as posições escolares e o modo de vida dos jovens. Para a autora, a juventude aparece quando se desenvolve a tensão entre a maturidade psicológica e a imaturidade social. Como já foi dito anteriormente, a massificação contemporânea caminha na contra-mão do desejo, o que faz com que pensemos se há e onde está o sujeito contemporâneo. Seguindo a trilha da questão lacaniana sobre a inexistência do sujeito, é

que buscaremos, nas relações entre o desejo e o gozo, quais são as perspectivas individuais dos seres humanos que vivenciam a nossa realidade, tal como vem sendo exposta, pelo pensamento sociológico evocado aqui e especialmente qual é o lugar da droga, que se põe para a psicanálise como um sintoma social.

Dubet (1996) diz que a juventude moderna marcou passagem ao social, através das estratégias de mobilização ideológica e política, através de uma vontade de superar os mecanismos de controle tradicionais, sucumbe à cultura midiática e a moratória opera como privilégio burguês. O conflito entre a modernidade cultural e a tradição perde a força com a juventude de massa. Americanização das sociedades, através da mundialização do “rock’n roll” e da cultura “teenagers” não prevê as diferenças de classes, uma vez que os jovens valorizam cada vez mais os seus pares. O casamento, que se punha como limite passa a ser mais tarde.

Na esteira do próprio Bourdieu, denuncia a escola como aparelho de reprodução social, uma vez que as políticas específicas são norteadas pelos interesses dos adultos e da escola, aparato capaz de transformar valores em normas e normas em personalidade. A lógica da competição é a própria lógica da identificação ao grupo e à cultura juvenil. A escola e a Universidade desenvolvem a socialização dos modos de vida. A juventude vive a tensão e a articulação das diversas formas de socialização que se inscrevem numa continuidade. Neste sentido, a escola das classes média e alta vem trabalhando no sentido dessa formação, centrada na competição, envolvendo a rotina árdua dos jovens, que são pressionados a investirem a vida quase que integralmente nos estudos, porque para encontrar espaço nas Universidades Públicas, lugar para onde foi deslocado o desejo do outro, representado aqui pelas expectativas colocadas sobre o sujeito, que para Lacan (1987), no seminário sobre “Os escritos técnicos de Freud”, é falado pela linguagem. As expectativas dos pais e da escola, relacionada com o modelo de jovem bem sucedido, que faz com que o sujeito sinta-se sobrecarregado e o fracasso escolar pode sobrevir, como um sintoma social, conforme Mresh (2003, 2005).

Melucci (1997) estuda as relações entre juventude, tempo e movimentos

sociais, introduzindo o tema a partir da afirmação de que as atuais tendências emergentes no âmbito da cultura e da ação juvenil devem ser entendidas a partir de uma perspectiva macro-sociológica e, simultaneamente, através da consideração de experiências individuais na vida diária. Propõe que os conflitos e movimentos sociais em sociedades complexas mudam do plano material para o plano simbólico; a experiência do tempo é um problema central, um dilema central; pessoas jovens, e particularmente adolescentes, são atores chaves do ponto de vista da questão do tempo.

A exposição maciça da juventude às redes simbólicas é discutida pelo autor, a partir do fato de que concebemos a sociedade como construída pela ação humana, mas nos sistemas contemporâneos, a produção material é transformada em produção de signos e de relações sociais. Uma codificação inicialmente produzida intervém na definição do eu, afetando as estruturas biológicas e motivacionais da ação humana. Ao mesmo tempo, existe uma crescente possibilidade, para os atores sociais, de controlarem as condições de formação e as orientações de suas ações. A experiência é cada vez mais construída por meio de investimentos cognitivos, culturais e materiais. Tais processos, de caráter sistêmico, são diretamente vinculados às transformações, pela produção de recursos que tornam possível a existência de sistemas de informação de alta densidade manter-se e modificarem-se.

Estes sistemas complexos formam redes de informação, que têm que ser confiáveis e capazes de auto-regulação. Para isso, é preciso que haja o desenvolvimento das capacidades formais de aprender e agir (aprendendo a aprender). A sociedade lembra um campo interdependente constituído por conflitos e continuamente preenchido por significados culturais opostos. Os conflitos se desenvolvem naquelas áreas do sistema mais diretamente expostas aos maiores investimentos simbólicos e informacionais, aos quais as pessoas tendem a se conformarem, devido às pressões simbólicas.

Mas a questão simbólica em Lacan desconstrói a noção de signo saussuriano, invenção científica da linguística estruturalista, segundo a qual, significante e significado constituem duas faces da mesma moeda. Em contrapartida, propõe

que o significado desliza sob o significante, conforme a cadeia discursiva do sujeito. Desta forma, os significados com os quais trabalham a escola não são os mesmos dos alunos. Nas comunicações em rede ocorre o mesmo, mas os sistemas educacionais continuam tratando as informações e a cultura do ponto de vista do enunciador e não do leitor (leitura aqui, no sentido de leitura/escritura, como processos únicos, livres de dicotomia). Os efeitos de sujeito produzidos pela linguagem não são estudados do ponto de vista do receptor. Esta análise é importantíssima, para a compreensão dos avanços tecnológicos do ponto de vista da constituição do sujeito.

Melucci (1997) discute a experiência do tempo em uma sociedade construída por investimentos culturais simbólicos, dizendo que o tempo é uma das categorias básicas através da qual construímos nossa experiência e que hoje, o tempo é chave nos conflitos sociais e na mudança social, uma vez que a juventude se situa biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo. Para ele, o jovem representa um ator crucial, interpretando e traduzindo para o resto da sociedade os seus dilemas básicos. Compara a modernidade do capitalismo industrial com o capitalismo contemporâneo, usando o tempo como categoria central. Para ele, no capitalismo industrial o tempo era medido por máquinas, criam uma nova dimensão do tempo, que deixa de ser natural e subjetivo e passa a ter a objetividade de uma coisa. O tempo passa a medir as relações de produção, e estabelece uma continuidade entre tempo individual e tempo social. A orientação do tempo também é finalista, trazendo a ideia de tempo linear, de trajetória de progresso. Enquanto isso, na contemporaneidade, há um aumento na diferenciação das experiências do tempo. Os tempos que nós experimentamos são muito diferentes uns dos outros e às vezes parecem até opostos e muito difíceis de medir. O tempo de cada indivíduo podem ser interiores e exteriores e ambos os tipos de tempo são regulados pelas múltiplas esferas de pertencimento. A descontinuidade passa a ser uma experiência comum.

O autor coloca as drogas, como produtoras de uma dilatação forçada do tempo interno, por isso ocupam um lugar importante em sociedades tradicio-

nais. Não há separação entre a droga ritual dos índios americanos e seu papel na vida social e na vida interior dos indivíduos. Essa fratura ritual permitida, essa dilatação do tempo subjetivo induzida pela droga, é parte de uma ordem sagrada e contribui para a reafirmação de um equilíbrio entre a vida social e o espaço assegurado ao indivíduo no grupo.

Nas nossas sociedades, no entanto, o extremo exemplo das drogas representa um sinal dramático, o mais significativo e ambíguo sintoma de diferença entre tempo externo e tempo interno. Mas existe também, embora em uma escala menos dramática, um aumento de oportunidades artificialmente construídas para viver e experimentar emoções livres dos limites do tempo social: desde o turismo exótico ou experiências de liberação do corpo até os paraísos totalitários das seitas neomísticas. A ambivalência desses fenômenos deve ser sublinhada. Eles são sinais de uma tensão não resolvida entre os múltiplos tempos da experiência cotidiana. A diferenciação do tempo aumenta a dificuldade em reduzir tempos diferentes para a homogeneidade de uma medida geral e acentua a necessidade de integrar essas diferenças, tanto em um nível coletivo, quanto acima de tudo, dentro da unidade de uma biografia individual e de um sujeito da ação dotado de identidade.

Compreendemos que o discurso de Melucci (1997), se refere à busca de sentido do sujeito, num tempo histórico em que o tempo é cíclico, mas a expectativa do sujeito é no sentido da continuidade. Essa busca de sentido foi prevista por Schaff (1990). Isso mostra que podemos tentar, a partir do conhecimento da história como desenvolvimento, o que se terá no futuro, mas os planejamentos e as políticas não podem contar com a objetividade preconizada pelas ciências. Os discursos veiculados e trocados nas redes produzem uma multiplicidade muito grande de sentidos, que se manifestam na realidade, onde se deve buscar tão somente entrever o sujeito na linguagem, onde se esconde e se mostra nas falhas, nos lapsos, nos desvios de sentido. Um sujeito que não se sabe se pode ser encontrado, devido à capacidade de adaptação do sujeito, que a psicanálise diz funcionar como um mecanismo de defesa, que funciona no sentido da preservação da vida. Mas que produz o sintoma, relacionado com

as modalidades de gozo elegidas pelos sujeitos, para adaptar-se às situações impostas pela cultura. O problema é que a questão do gozo, na psicanálise, relida por Lacan, encontra-se vinculado à pulsão de morte.

Melucci (1997) diz que o tempo diferenciado tem muitas histórias relativamente independentes, em detrimento de uma história única ou de histórias homogêneas. O que é significativo é o presente, na experiência individual. O tempo histórico, com passado, presente e futuro não é relevante no cotidiano da vida, que traduz um tempo descontínuo, produzido culturalmente. A definição do tempo torna-se uma questão social, um campo cultural e conflitivo, no qual está em jogo o próprio significado da experiência temporal. A juventude, por causa de suas condições culturais e biológicas, é o grupo social mais diretamente exposto a estes dilemas, o grupo que os torna visíveis para sociedade como um todo. A maneira como a experiência do tempo e vivenciada vai depender de fatores cognitivos, emocionais e motivacionais dos que governam o modo como o indivíduo organiza o seu estar no mundo.

A perspectiva temporal do adolescente tornou-se um tema interessante de pesquisa, porque a biografia, nos dias de hoje, tornou-se menos previsível, e os projetos de vida passaram mais do que nunca a depender da escolha autônoma do indivíduo. Nas sociedades do passado, a incerteza quanto ao futuro podia ser o resultado de eventos aleatórios e incontroláveis, mas raramente envolvia a posição de cada um na vida, a qual era determinada pelo nascimento e tornava previsível pela história da família e o contexto social. Para o adolescente moderno, por outro lado, a relativa incerteza da idade é multiplicada por outros tipos de incerteza que derivam simplesmente dessa ampliação de perspectivas: a disponibilidade de possibilidades sociais, a variedade de cenários nos quais as escolhas podem ser situadas.

Nesta perspectiva, complexidade e diferenciação parecem abrir o campo do possível a tal ponto, que a capacidade individual para empreender ações não se mostra à altura das potencialidades da situação. O adolescente percebe os efeitos dessa ampliação de possibilidades da maneira mais direta através de uma expansão dos campos cognitivo e emocional – tudo pode ser conhecido,

tudo pode ser tentado; a reversibilidade de escolhas e decisões, a substituição de constructos simbólicos pelo conteúdo material da experiência – tudo pode ser imaginado. Os novos sofrimentos, as novas patologias dos adolescentes estão relacionadas com o risco de uma dissolução da perspectiva temporal. O passo da mudança, a pluralidade das participações, a abundância de possibilidades e mensagens oferecidas aos adolescentes contribuem todos para debilitar pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída. A possibilidade de definir uma biografia contínua torna-se cada vez mais incerta. Mas essa des-linearização do tempo revela a singularidade da experiência individual. O tempo individual e cada momento dentro dele não se repete nunca. Não somente ele não retorna em um ciclo repetitivo sem fim, mas tampouco será portador de outro sentido, outra finalidade senão aquela que indivíduos e grupos são capazes de produzir para si mesmos.

Essa questão do tempo cíclico, colocada por Melucci (1997) não é conflitante com a perspectiva lacaniana sobre a droga como um sintoma, porque o prazer é sempre compulsivo, implica sempre em repetição, na qual o sujeito prazerosamente se aplica, com o mesmo afincamento e dedicação com que se trabalham nas rendas do direito e nas malhas da administração. É o prazer da compulsão que dá impulso à cultura de massa, que forma sujeitos pré-agendados, cujas rotinas não podem ser mudadas, sob pena de um stress muito grande, sujeitos que não conseguem lidar com as mudanças impostas pelo contexto da modernidade tecnológica, sem que hajam constructos que indiquem que ainda se pode repetir o mesmo. O objeto de gozo eleito pelo sujeito é resistente às circunstâncias. É o que permanece como referência do mesmo, embora haja sempre a possibilidade da substituição objetual. O sujeito contemporâneo substitui o desejo pela aquisição de objetos de gozo que constituem demandas que não passam pelo desejo, motivo pelo qual para o toxicômano não há iância entre prazer e gozo. O que se impõe é o mais de gozar.

Pais (2001) discute a da passagem da juventude para a vida adulta, a partir dos campos que possibilitam esta passagem. Assim como outros autores aqui citados, aborda a transição como movimento (trajetória da infância à vida adulta

e a transição como processo de reprodução social. E o faz pela perspectiva do tempo, referindo –se às trajetórias biográficas, sequenciais, da vida, mas lembra que a transição para a vida adulta não deve ser considerada somente como um movimento, mas também um processo, cujo aspecto fundamental da iniciação das novas gerações é que se trata de uma socialização completada pelas transferências de recursos econômicos, propriedade e cultura que ajudam no processo de integração ao mundo adulto.

O autor propõe o movimento do *yôyô*, como metáfora para o movimento das trajetórias pessoais, que percorrem caminhos que voltam atrás sobre si mesmos e se tornam a bagagem, capital adquirido. O passado tempo histórico, não é somente passado, porque está também no presente, como carga. Portanto, as trajetórias dos jovens algo mais que histórias de vidas das pessoas: são um reflexo das estruturas e dos processos sociais, embora as trajetórias biográficas cruzem caminhos e se influenciem umas às outras. Distingue entre outras das formas de experimentar ou considerar o tempo: por um lado podemos ver uma dimensão temporal individualizada de transição em que os jovens abandonam suas funções sociais e adotam outras, mas por outro, há uma dimensão temporal de sincronização entre as trajetórias pessoais da família e dos amigos. Na transição para a vida adulta, o tempo presente não está determinado somente pelas experiências acumuladas do passado, mas também fazem parte, as aspirações e os planos para o futuro. Desta perspectiva, o presente aparece condicionado pelos projetos ou a antecipação do futuro. A falta de confiança no futuro pode fazer com que os jovens persigam um instante futuro permanente.

Pais (2001) também enfoca as características das transições para a idade adulta nas sociedades arcaicas, nas quais os ritos marcavam de maneira irreversível a passagem de uma pessoa a uma nova etapa da vida, com as sociedades atuais, cujas trajetórias juvenis tem como principal característica, a sua reversibilidade, a possibilidade de ir e voltar da juventude para a idade adulta e vice-versa. Vincula esta característica à falta de segurança, à instabilidade do contexto atual de culto às sensações multiplicadas e exaltação da extravagância, da aventura e o afã da experimentação. É no contexto das experiências que os

sujeitos vinculam-se a uma determinada modalidade de gozo, que ao se tornar um sintoma, faz Laço de parceria com o sujeito.

Pais (2000) diz que a forma de vida inscrita na metáfora yôyô significa a tendência da juventude ao relativismo em tudo, desde o valor das qualificações educativas e a segurança no emprego. A mobilidade das situações não permite ao jovem vincular-se a um compromisso, como no casamento, para o qual existe sempre o recurso ao divórcio. A manutenção da autonomia individual e uma liberdade existencial que deixe espaço para manobra, para poder seguir dando voltas e o mesmo tipo de mobilidade dos jovens também, na qualidade de consumidores, através dos ciclos da moda, que muda. O jovem que contraria a moda o faz para causar choque, na justa medida para desestabilizar as convenções. A moda oferece a oportunidade de romper com a normalidade, em busca da originalidade. Podemos também relacionar esse relativismo do jovem, a uma integração das informações acumuladas, para manipular a realidade no sentido de favorecer o exercício do gozo.

O autor diz que o alongamento da juventude, devido a esses movimentos circulares mágicos impossibilita uma prática comum entre sociólogos e historiadores, que como Schaff (1990), prediziam tranquilamente o futuro dos jovens, porque ele era previsível, devido aos processos sociais de reprodução, de forma que as profecias se tornavam realidade e alimentavam novas profecias. Hoje, no entanto, não se faz mais as previsões que se faziam há duas décadas. Mas precisamos compreender a importância destas previsões, guardadas as necessidades de flexibilização dos projetos sociais, para uma tentativa de minimizar o sem sentido que caracteriza a vida contemporânea.

Pais (2001), junta a metáfora do labirinto à do yôyô. Esta se deve às características do labirinto, utilizado como representantes do caos, nas lendas, mitos, usos e jogos. Remete ao prazer do extravio, a expectativa de sair do labirinto com as astúcias da razão (ou do sentido). Estas são também, características da vida juvenil, uma vez que a modernidade recente se mostra como um terreno labiríntico, no sentido de que aquilo que se planeja não ocorre como planejamos. Estabelece a correlação entre os conceitos de risco e de incerteza, sendo

que a incerteza e o risco são duas faces de uma mesma moeda e afeta todas as classes sociais. A falta de enraizamentos locais, em função da expansão dos mecanismos de desmembramento institucional, que fazem com que as pessoas se libertem dos laços sociais que as unem nas utopias constitutivas das grandes narrativas históricas, que constituíam a base das trajetórias biográficas.

Na contemporaneidade, as pessoas transitam entre os papéis sociais, entre as instituições sem criarem laços, não há compromisso com ideologias nem religiões e nem com os modos de vida tradicionais. Transitam por todas as instituições tradicionais, porém sem se filiar aos seus ideais. Os jovens, por se sentirem num labirinto de vida, tendem a negar a vigência da realidade através de projeções utópicas. Mas segundo Pais (2001), a fidelidade ao real faz-se através das margens para as quais são frequentemente relegados, como acontece quando procuram uma integração profissional nas margens da economia formal. A passagem para a vida adulta parece constituir-se num processo de desilusão com as utopias. Na abordagem do real feita por Lacan, o que “dá conta” do laço é o sintoma, parceiro cínico do sujeito, que busca uma satisfação do prazer de forma autista, solitária.

Pais (2001) ressalta que a juventude ocorre perante estruturas sociais cada vez mais fluídas e modeladas em função dos indivíduos e seus desejos e os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém. A metáfora do yôyô representa os ritos juvenis, marcados pela ruptura, proporcionada pela lógica experimentalista. As voltas e mais voltas se desenvolvem como ritos da sensação multiplicada, nas socialidades juvenis, criativas por natureza, mas também geradoras de intolerância, agressão e delinquência. A própria metáfora yôyô pode ser compreendido, do ponto de vista da psicanálise freudiana, com o Fort dá, brincadeira em que a criança representa as idas e vindas da mãe, internalizando esse movimento cíclico repetitivo como a espera do objeto de desejo, como nas relações neuróticas entre desejo e gozo, que se constitui na falta.

Pais (2001) diz que esta filosofia de vida de inconstâncias muda os

constrangimentos do trabalho profissional, educacional e familiar. Os quotidianos juvenis rodopiam entre tempos monocromáticos, de natureza institucional, que privilegiam os horários, a segmentação, a pontualidade e os tempos polocromáticos, de natureza sociabilística e enfatizam a aleatoriedade, os sentimentos, a experimentação, a convivialidade. Há ritualizações associadas à sexualidade que produzem, entre os jovens, uma mediação entre desejos, angústias e desilusões. A impetuosidade dos jovens os leva a abraçarem estilos de vida escapatórios, que lhes garantam mobilidade, elasticidade. A geração yôyô, pela sua natureza, é uma geração em que o tempo flecha se cruza com o tempo cíclico, tempo de eterno retorno. Na toxicomania, o prazer encontrado na droga dá conta desse eterno retorno, ritual que garante a repetição do que não leva a nada, princípio possibilita o gozo: o excesso, aquilo que não serve para nada, é para o prazer puro.

Pais (2001) conclui que a geração yôyô é uma geração dominada pelo aleatório e parece assentar-se numa ética de experimentação que possibilita aos jovens as idas e vindas do movimento yôyô. As próprias manifestações mais espetaculares dos chamados jovens em ruptura – os pequenos roubos, os atentados à ordem pública, as galhofadas com motos, podem ser vistas como ritualizações de um movimento de descarrilhamento comportamental (YÔ), que em qualquer momento, pode entrar nos eixos. Acrescentamos aqui, a ritualização proporcionada pela droga, que leva também ao choque do descarrilhamento, o que pode também levar de volta aos trilhos. Muitos jovens têm se aproximado mais da vida adulta na busca da tranquilidade e dos laços, devido ao choque causado pelo envolvimento com as drogas, que em nossa sociedade implica em perda da liberdade, seja pela via do direito coercitivo ou do discurso científico da área médica, que propõe que se opere com outras modalidades de gozo que, na maioria das vezes consistem em novas substituições sem, no entanto, conseguir que o sujeito acesse ao desejo, portador da pulsão da vida, vinculado ao princípio da realidade.

Nos tempos que correm, os jovens vivem uma condição social em que as setas do tempo se cruzam com o tempo cíclico, formando os contratempos,

que são muitos os que caracterizam a condição juvenil contemporânea. Os jovens enfrentam o futuro, sem saber se está próximo ou longínquo, nem que futuro os espera. Alguns, chegados ao futuro, descobrem-no como um tempo de retorno, de revolver. Os jovens envolvem-se em trajetórias de transição para a chamada vida adulta, mas deixam-se também embalar pelo tempo mágico do círculo. E tudo o que releva da magia é do domínio das ilusões que repousam nos desejos que as originam. Ser jovem é mergulhar, de cabeça, nesse poço fundo de desejos: as boas notas escolares, as férias, o bom emprego, a casa, aquela outra metade que faz nascer a paixão, os próprios sonhos de consumo. O que caracteriza as ilusões, ensinou-nos Freud – é derivarem de desejos. As ilusões são mais sintomas do que extravios, sinais que há de se interpretar. Podem ser tangíveis, tão próximas do real quanto se queira. Mas seguem sendo ilusões. Não são necessariamente falsas ou enganosas. São sintomas, rastos de desejo, que são a realidade das ilusões. Muitos jovens alimentam ilusões razoáveis em relação ao futuro. Amarram-nas à realidade, que se confunde com as ilusões, ambiguidade perigosa que pode desembocar na perda do sentido da realidade. Há então um refúgio na ilusão como estratégia de fuga à realidade. Neste ponto podemos colocar o uso da droga pelo toxicômano, como uma destas estratégias, que (2001) relaciona com o desemprego juvenil estrutural, que leva também à ociosidade virtual.

Para Pais (2001) essas características da juventude contemporânea torna problemático falar de transição para a vida adulta. Assiste-se a um enfraquecimento da idade como categoria etária. A ideia de senioridade perdeu a força e as fronteiras simbólicas que acentuavam a passagem a etapas mais avançadas da vida perderam sua razão de ser, uma vez que todos, crianças, jovens, adultos e velhos estão expostos à mesma condição cultural. Quanto aos castigos que penalizam as saídas do caminho da tradição, o que se pode dizer é que a repressão não é educativa para o desviado, mas justificador dos conformados. Os caminhos desviantes constituem um problema para a moral pública, porque podem tornar inviável a sociedade e não os indivíduos que se desviam. Por outro lado é possível que o fruto proibido seja mais apetitoso e

que, por analogia, a proibição possa incrementar o nível do desvio.

O autor ressalta que a interpretação das trajetórias devem ser buscadas no descontínuo. A força da turbulência leva à complexidade não-linear como modelo caótico. O choque faz passagem de uma realidade a outra.

A Juventude entre a Família, a Escola e o Emprego

Camarano (2004) estudou a idade adulta, analisando as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Para ela, não há transição da juventude para a idade adulta, mas sim transições, uma vez que as situações de transições são múltiplas. As trajetórias de vida não são lineares, mas marcadas pela reversibilidade. A população jovem brasileira é grande, de acordo com o Censo de 2000, cujos números são analisados pela autora. A juventude configura-se, para ela, como uma fase da vida permeada por intensas transformações caracterizadas por fragilidades que podem redundar em vulnerabilidades e potencialidades. Os altos índices de mortalidade por homicídio entre os jovens apontam uma crise da juventude, que vive em situações de vulnerabilidade.

A falta de emprego e pobreza dos jovens mais dependentes da casa dos pais, maior instabilidade nas relações afetivas (casamentos). Hoje, os índices de escolarização são mais elevados, mas a educação escolar não é a principal fonte de conhecimentos, na sociedade da informática. A maternidade se põe como forma de passagem para a vida adulta pelas teens. A sequência tradicional de inserção no mundo adulto não é mais marcado pela linearidade do modelo tradicional, não sendo mais possível prever em que idade ele pode ocorrer como no passado. A transição não tem tempo certo e não é definitiva.

Camarano (2004) explica que o temor de explosão demográfica levou as análises sobre a juventude a partirem da potencialidade reprodutiva dos jovens pela via do casamento. O arrefecimento do temor faz com que o debate se desloque para a fecundidade das mulheres de menos de 20 anos. A negatividade das análises percorre também a instabilidade do mercado de trabalho da violência das grandes cidades e a prevalência e mortalidade pelas doenças sexualmente

transmissíveis. A escola de Chicago, na década de 90, estudou a juventude a partir do surgimento das gangues e do acirramento dos conflitos urbanos em territórios divididos por diversas etnias. E estes estudos levaram a um olhar para o jovem sob a ótica da desorganização social.

Na cultura brasileira, desde a colonização, a linha que separa a ordem da desordem é marcada pelo princípio da propriedade, que divide a sociedade em dois grupos: os que têm (que encontram-se acima da linha divisória), representando a ordem e os que não têm (que encontram-se abaixo da linha divisória), representantes da desordem. Porém o trânsito entre os dois lugares é desenvolvido e fica sempre no passado, nos discursos que redefinem as trajetórias reais de vida dos sujeitos. É na juventude que a diversidade cultural produz suas trocas, longe do preconceito reinante no mundo adulto, porque é na juventude que esses movimentos de vai e vem entre a ordem e a desordem são necessários à sobrevivência e à acumulação de capital para as propriedades, cujas origens não são questionadas no mundo adulto, entre aqueles que têm. Essa realidade simbólica pode ser encontrada na literatura, como em *Dom Casmurro*, que utiliza-se da malícia inteligente de Capitu, para conquistar a liberdade (de não ir para o seminário e tornar-se padre, como queria sua mãe), mas depois de conseguí-lo, volta-se contra ela, com ciúmes, fantasiando sobre a capacidade da amada de enganar para conseguir subir na vida, pois ela e sua família, no tempo da juventude dos jovens enamorados, encontravam-se abaixo da linha da propriedade, eram contados entre os que não tinham, situação esta que mudou após o casamento, possibilitado pela perícia de Capitu no trânsito entre os dois polos da linha divisória.

Camarano (2004) diz que a busca de respostas para a criminalidade levou a novas teorias que apresentam variações nas décadas seguintes, sem desfazer a imagem negativa dos jovens. As críticas a essas teorias é que elas são positivistas, transformam as pessoas em objetos e seus comportamentos em fatalidade ou determinação. Tais estudos nunca foram capazes de explicar por que as parcelas de pobres que entram para o crime são tão pequenas, desfazendo a associação recorrente entre pobreza e aumento da criminalidade. Tal concepção está baseada

na sociologia funcionalista, que compreende a juventude como uma fase da vida em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da cultura e da assunção de papéis adultos. A Sociologia funcionalista apropria-se das falhas desse processo de socialização e transforma a juventude em fonte de risco para a continuidade social. O funcionalismo está também na mídia, associando os jovens a sujeitos incoerentes e propensos ao desvio e ao delito. A mídia reproduz a ideia de que negros e pobres são perigosos para a sociedade. Esta imagem é bastante explorada em notícias sobre violências e drogas, comumente associadas às altas taxas de desemprego por que passam esses jovens. Mas não fazem referência à cidadania negada.

Camarano (2004), a esta altura da reflexão lança a pergunta crucial da discussão empreendida: o que é ser jovem? Inicia seu discurso referindo-se à ambiguidade das representações sociais. O jovem é visto como protagonista da crise dos valores e do conflito de gerações, na década de 60, atrelada aos problemas de emprego e de entrada na vida ativa, na década de 70, as potencialidades barradas pelas limitações do presente, políticas econômicas e culturais. A autora lembra que a ideia de transitoriedade da juventude dificulta a criação de políticas, porque não permite o olhar para o jovem como sujeito de direitos. O jovem passa a ser definido pelo que não é: criança e adulto. Essa abordagem pressupõe uma estabilidade do mundo adulto, atribuindo a instabilidade ao jovem. Não considera que o mundo adulto não é rígido e estático, é também instável. Esta percepção dificulta a criação de políticas públicas que atribuam ao jovem um recorte afirmativo de identidade.

Mas o olhar para a juventude como transição é útil na observação dos processos de inserção social e econômica dos jovens transformando-se no tempo. Associa aos estudos, conceitos de processo, transformação, temporalidade e historicidade. Isso evidencia que a realidade juvenil é determinada por processos de transição desiguais em que os limites da vida adulta também estão ultrapassados. A mudança histórica do conceito de juventude, de um modelo cronológico, atrelado às formas tradicionais de passagem de uma fase a outra

da vida , para uma compreensão de que a definição é sempre arbitrária e o subgrupo heterogêneo, por isso as políticas são falhas. O contexto de formação e o desenvolvimento heterogêneo das trajetórias que criam vulnerabilidades heterogêneas. A juventude constitui uma fase vulnerável por si mesma, devido a obrigatoriedade das escolhas, sem que se tenha informações e experiência suficientes para fazer opções de vida que irão repercutir em seu futuro. O amadurecimento psicossocial é diferenciado, de acordo com a classe social e o momento histórico. A transição na Constituição Brasileira é gradativa, atribui graus diferenciados de emancipação para cada dimensão da vida social. A família e o Estado afetam a constituição identitária e social dos jovens, funcionando como agentes promotores de suas potencialidades o de acirramento da sua condição de vulnerabilidade. A retração ou o prolongamento da transição depende do momento histórico e da classe social.

Enfatiza que a transição não é só da escola para o trabalho. Há um processo complexo, que envolve a formação escolar, inserção profissional e familiar, que articulam um sistema de dispositivos institucionais e processos biográficos de socialização que interfere na vida das pessoas desde a puberdade e que conduzem à aquisição de posições sociais. Mas a análise que quer entender a transição para a vida adulta precisa olhar para a emergência de novos modos de vida e dos vários modos de transição para a vida adulta.

A juventude passou a ser considerada uma categoria social, com a passagem das atribuições formadoras da família para a escola. A escola continua sendo uma das principais responsáveis pela inserção jovem na vida adulta. A pesquisa mostra que o nível de escolaridade cresce para os que estudam e trabalham e para os que só estudam; há um prolongamento da idade de saída de casa. A transição para pela via do casamento decresceu, devido às novas formas de arranjos familiares; mas os que não saem de casa também se tornam adultos. Conclui que há uma prevalência do modelo tradicional de transição para a vida adulta, que funciona como um gargalo. Novas modalidades parecem estar emergindo, caracterizadas pela continuidade dos estudos entre os chefes e novos padrões de arranjos familiares, como os monoparentais femininos; o

aumento da escolarização e a difícil inserção no mercado de trabalho.

A vida adulta pode estar ocorrendo mesmo na casa dos pais. A independência econômica pode não se apresentar como condição única e suficiente para a transição para a vida adulta. Residir com os pais pode revelar uma relação de dependência em duas direções: dos filhos com os pais e também dos pais com os filhos. No último caso, a dependência pode ser financeira ou de emocional e afetivo. Os filhos podem vir antes do casamento, o casamento antes da inserção no mercado de trabalho e assim por diante.

Juventude e Droga na Contemporaneidade

As relações entre juventude e droga, que este trabalho tenta estabelecer como aproximações partem do estudo do texto de Santiago (2001), intitulado *A droga do toxicômano: uma parceria cínica na era da ciência*. Para o autor a questão da droga se põe, no enfoque psicanalítico, como uma aproximação dos limites do seu saber e de sua prática. Explica que o teor da dificuldade tem início com a insuficiência de cunho conceitual, com o amálgama que foi criado, do fenômeno toxicomaniaco, com o que se veicula pelos valores e normas instituídos pela doxa contemporânea, que concebe o fenômeno a partir de uma visão normativa de um diagnóstico que torna a droga um dos responsáveis por grande parte dos flagelos do mundo contemporâneo.

Diz que esse veredicto da droga como agente nocivo é corroborado pelo avanço da ciência, que fundamenta a concepção repreensível, policial, da droga; marca a convergência dos saberes médicos e jurídicos, que reflete o que se pode designar *démarche segregativa da ciência*. A essa última, a psicanálise encontra-se em condições de criticar, uma vez que aponta a incapacidade do saber científico em lançar luz sobre a necessária distinção entre a droga do toxicômano e o elemento de toxicidade inerente a essas substâncias.

A compreensão do funcionamento segregativo, anuncia-se, no trabalho de Santiago (2001), pelo axioma de base, segundo o qual, para a ciência, não há gozo no real, uma vez que é só pela exclusão do gozo que a ciência pode

alojar um saber no real. A exclusão se faz pelo uso rigoroso do formalismo significante.

O saber analítico discute a relação desregrada do toxicômano com a droga a partir do gozo excluído do discurso da ciência. Segundo Santiago (2001), a droga é abordada, do ponto de vista científico, como tóxico. A toxologia, como saber científico, resume-se às análises das modalidades do mecanismo de ação dos tóxicos e dos venenos, segundo suas propriedades físicas, químicas e biológicas. Seu programa prevê o estabelecimento de princípios ativos das substâncias, para distinguir objetivamente a dosagem letal dos tóxicos. A noção da droga como assimilada a seus componentes tóxicos e a suas consequências no organismo acarreta a consideração do toxicômano de forma puramente policial, uma vez que a intrusão da ciência no domínio das substâncias da natureza pressupõe o funcionamento de uma moral na natureza. A maior ambição da ordem jurídica é a de regulamentar o uso abusivo da droga, circunscrevendo-o, em certos casos, às fronteiras do útil, mas a toxicomania é do campo do gozo. Todo o excesso, é da ordem do que não tem valor de praticidade, de necessidade.

Santiago (2001) utiliza-se da metáfora jurídica de usufruto, reunindo em uma só palavra o uso e o fruto, revela a proibição do uso excessivo de um bem qualquer. Em outros termos, só é permitido usar um bem até certo ponto, sem abusar. O usufruto regulamenta, pela via do jurídico, uma relação com o gozo, que se dá justamente sobre o excedente, o que não serve para nada. Por outro lado, a o fato de a ciência promover a assimilação da ideia de que a droga habita a natureza, sendo portanto, pré-discursiva. A supremacia dessa posição da ciência omite que nem todo tóxico é uma droga e que esta última não pode ser reduzida a uma substância tóxica. Essa omissão, ou mesmo o esquecimento é determinado pela condição estrutural do formalismo significante, próprio ao funcionamento da ciência, que exige a disjunção do saber e da verdade e a supressão de qualquer ligação entre eles.

O saber analítico sobre a droga é especificado pela decisão de se levar em conta a função e o campo da linguagem que a ciência, nesse caso deixou intocada. Para a psicanálise não há droga na natureza, portanto, não há noção de

droga que que não seja relativa ao contexto discursivo no qual ela se enuncia. A noção do uso da droga na toxicomania tem como ponto de partida a lei do discurso, que pressupõe, em sua definição, um certo modo de funcionamento e de utilização da linguagem como elo social. Assim, a questão da droga é interrogada por vários discursos que, ao contrário da ciência, conclamam o problema da verdade. Mas segundo Santiago (2001), é a concepção lacaniana de discurso que torna possível detectar os determinantes essenciais desses efeitos, pois supõe a interferência, neles, do real do gozo. Esse é o ponto inacessível da relação do sujeito com a droga.

Santiago (2001) relaciona a droga do toxicômano com aquilo que se chama pelo nome de símbolo *phármakon*. Explica que a droga, sempre foi fonte de um certo jogo de símbolo. A droga presta-se a efeitos de sentido, se tornou um símbolo no domínio da ficção. A explicação para a existência de tal símbolo, só pode se dar pelo jogo das ideias, que só se mantém no real pelo significante, na medida em que elas só fundamentam uma realidade ao destacá-la contra um fundo de irreal. A depuração desse fundo irreal da droga, realizada tanto pelo trabalho da ficção quanto por qualquer, outra forma discursiva que reivindique a verdade, exerce-se sempre na correspondência paradoxal entre prazer e dor, ou mesmo, entre prazer e realidade.

A relação da droga com a função da linguagem é um axioma fundamental do teorema freudiano. Trata-se da postulação do efeito *phármakon* como elemento passível de valores diferentes dentro de uma economia de substituição no discurso, em oposição a toda exaltação do caráter inefável da droga. Para a psicanálise, nenhum segmento da realidade, tóxico ou não, tem existência em si, ou seja, nenhum desses segmentos pode ser levado em conta sem a mediação da estrutura da linguagem. A relação direta com uma realidade objetiva e exterior não é possível, uma vez que se trata, neste caso, do sujeito do inconsciente e no inconsciente na há realidade, apenas o objetivo de obter prazer. A realidade da droga em sua relação com o sujeito passa pela escritura, que constitui o psiquismo na teoria analítica, que postula um desacordo fundamental entre o psiquismo e a realidade. A linguagem, a partir de Freud, resulta de um processo

de sucessão temporal que começa com o prazer. O acesso à realidade, longe de ser concebido como um fator primordial ou estável, mostra-se precário. A tendência do aparelho psíquico, sua inclinação é para o engodo, o erro ou a ilusão. Por isso, o princípio da realidade, em Freud, é destinado a corrigir essa tendência. O acesso à realidade se faz pelo prazer, enquanto acontecimento eminentemente problemático e conflituoso para o sujeito, funciona como uma compensação, de uma retificação da inércia do prazer.

O fenômeno da droga somente se torna abordável na psicanálise, caso se aceite sua inserção no interior dessa construção axiomática da relação conflituosa do sujeito com a não é realidade. A droga do toxicômano atesta uma profunda subjetivação, já que a sua realidade não é captada na manifestação espontânea de um objeto de necessidade, mas na forma de uma escolha forçada. A estrutura dessa escolha objetual pressupõe o sistema escritura do psiquismo, em cujas ramificações a satisfação se realiza. Essa escolha não implica em um critério sensualista e nem sensorial, porque é a partir de seu tecido significativo que a droga, ou qualquer objeto externo toma a consistência de um objeto escolhido. Essa dimensão da escolha não se produz sem a interpolação do lastro da linguagem com o objeto, elo este expresso sob a forma de sua inscrição no aparelho psíquico designado pelo sistema da escritura. Desde o advento da psicofarmacologia moderna, vem se construindo, de tempos em tempos, o programa idílico do estabelecimento de uma classificação dos espíritos das drogas. A ambição da ciência seria a de apoderar-se de critérios necessários e invariáveis para explicar a satisfação extraída das drogas. Essa tendência do saber científico em vedar as particularidades do sujeito envolvido com a droga desfaz-se diante do simples testemunho de um toxicômano decidido a registrar sua experiência.

As formas assumidas pela droga, na era da ciência, exigem que se considere sua posição no outro, enquanto lugar de inscrição. Nesse lugar do outro encontram-se não só as estruturas elementares do parentesco, a metáfora do Nome-do-Pai, mas também o sistema de significantes e o sistema de ideais. Nesse lugar, o valor da droga mostra-se suscetível de variações, que resultam

das trocas e transformações no sistema dos significantes e dos ideais, apoiados pelo pela ação do discurso. É assim que a formas do sintoma mudam ao longo do tempo, obedecendo ao processo de metamorfose das configurações dominantes do mal-estar na civilização. A toxicomania assume então, o lugar de um efeito de discurso, justamente como produto das mudanças operadas pela emergência do discurso da ciência no mundo. Desde Freud, o aspecto central da abordagem econômica do psiquismo se situa no liame especial e, muitas vezes, contraditório estabelecido entre o sujeito e seus objetos de satisfação, que estão sujeitos a trocas e substituições. Isso abre as portas para que se pense uma aproximação da toxicomania com a prática psicanalítica.

A questão do gozo vem provar o fato capital de que a satisfação se revela como correlata não à necessidade, mas à pulsão. O real é o choque, porque nesta economia, a coisa não se resolve rapidamente. Os objetos carecem da marca real do impossível, postulada por Freud desde o início de sua obra, diante deste obstáculo presente no funcionamento do princípio do prazer, não satisfazer-se senão por meio da alucinação. A pulsão é do terreno do puro gozo.

Segundo Santiago (2001), Lacan é obrigado a tratar o campo do gozo no polo oposto ao do direito. O gozo elucida esse traço fundamental da satisfação pulsional que é o de não se realizar a não ser a partir do que não serve pra nada. E é ele também que permite a incursão da psicanálise no domínio da ação do ser falante, ação que nem sempre se conforma aos ideais da civilização, especialmente no que se refere à diversidade das formas de gozo. Em oposição à psicanálise, a ordem jurídica apaga essa dimensão do ser falante (falasser ou fala-ser), em razão de seu ideal de harmonização, de adequação perfeita entre o gozo e o útil. No campo de direito só se pode gozar com o que é útil. É essa função reguladora da distribuição do gozo que traduz-se pelo preconceito, que consiste essencialmente na repreensão ou na condenação da droga.

Considerações Finais

Estas considerações que se dizem finais indicam, opostamente, considera-

ções preliminares, para um estudo que pretende estudar o fenômeno da droga na contemporaneidade. As relações estabelecidas entre juventude contemporânea e a droga, estão postas aqui enquanto rito, que não é de passagem, mas do ciclo de retorno, sempre ao cotidiano imediato do prazer e do gozo, como demanda de muitas juventudes contemporâneas. A droga é um fenômeno que atinge todas as classes sociais, indiferentemente de gênero, de etnia ou de nacionalidade. É também um fenômeno que ultrapassa as fronteiras da historicidade, que é também fronteira com o sociológico e com o antropológico. Atravessando a cultura das sociedades, historicamente, fazendo –se presente em todas elas, a droga se põe como foco dos estudos das juventude contemporâneas; se põe também nas fronteiras da psicanálise, cuja aproximação com a temática da droga se faz pelo campo do gozo e como um sintoma social.

As questões que se põem aqui como considerações finais e que se apresentam como preliminares para um projeto de pesquisa, seria sobre o lugar da droga, na economia do gozo, o que responderia à pergunta sobre o porquê o toxicômano escolhe a droga como objeto de prazer? Se a droga não se encaixa na característica principal do objeto de substituição objetual, que é a impossibilidade de ser satisfeito, passa-se diretamente ao gozo, sem ter que suportar a angústia do desejo, fazendo-se um sintoma do toxicômano. Então se põe uma outra questão essencial: de que se trata esse sintoma que faz laço de parceria do toxicômano com a droga? E por último, a inferência sobre a necessidade de se rever nossos conceitos sobre juventude e educação, no sentido de se perceber do que se trata a educação, como fenômeno de transmissão cultural, da escola como lugar de reprodução e de transformação social, que passa por políticas e práticas educativas voltadas para uma educação que se faça para o sujeito real e não para o sujeito ideal, postulado pelas concepções modernas de sujeito, que estão na base da produção científica. Lembrar que o planejamento do social nunca pode pretender a objetividade em tempo algum, como se o futuro fosse passível de controle centralizado, seja em qual for a instância social, política ou econômica.

Na história há sempre o elemento inesperado, que põe em cheque as pre-

tensões positivistas. Porque quem vive a história contemporânea não são os que planejam o futuro. E é pelo ponto de vista dos que a vivem que devemos enveredar em nossos empreendimentos para compreender os sujeitos e suas formas de agir e transformar o mundo. As resistências sociais que operam de forma inconsciente nos sujeitos também são elementos formadores e transformadores importantes na cultura e mostram as saídas encontradas pelas gerações para viver o presente que as gerações mais velhas traçaram para elas.

Referências Bibliográficas

CAMARANO, M. A.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T.; KANSO, S. **Caminhos para a vida adulta**: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para discussão, 1038).

DEBERT, G. G. As classificações etárias e a juventude como estilo de vida. In: _____. **A invenção da velhice**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.

DUBET, F. Des jeunesses et des sociologies: Le cãs français, **Sociologie et Sociétés**, v. 28, n. 1, p. 23-35, 1996.

LACAN, J. **O seminário**: livro 1: os escritos técnicos de Freud. São Paulo: Zahar, 1987. (Campo Freudiano no Brasil)

MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: FORACCHIM, Marialice M.; FERREIRA, L. **Educação e sociedade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.

MANNHEIM, K. **O problema sociológico das gerações**. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção grandes cientistas sociais, 25).

MARGULIS, M.; URESTI, M. La juventud és mas que uma palabra. In _____. **La juventud es más que uma palavra**: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1998.

MARGULIS, M.; URESTI, M. Las transiciones y culturas de La juventud: formas y escenificaciones. **Revista Internacional de Ciências Sociais**, Paris, Junio, 2000, n. 164 versão digital. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SHS/pdf/164-abstracts164.pdf> . Acesso em: 16 de dez. 2010.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5 e 6, 1997.

MRECH, L. **Psicanálise e educação**: novos operadores de leitura. São Paulo: Pioneira, 2003.

MRECH, L. **O impacto psicanálise na educação**, São Paulo: AVERBACH, 2005.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates**. Lisboa: Âmbar, 2001.

SANTIAGO, J. **A droga do toxicômano**: uma parceria cínica na era da ciência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

SCHAFF, A. **A sociedade informática**. São Paulo: UNESP, 1990.

